



RELAÇÃO ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O CASO AFYA EDUCACIONAL

César Augusto Neves¹
Múcio Tosta Gonçalves²

RESUMO

No Brasil, o objetivo da inclusão no ensino superior foi parcialmente atingido graças à participação do setor privado. Há, ainda hoje, uma fartura de incentivos estatais (como Fies e ProUni) que impulsionam os conglomerados educacionais de ensino superior. Neste grupo de empresas, que acabou se tornando um oligopólio, constam algumas de capital aberto, como a Cogna Educação (antiga Kroton), a YDUQS (antiga Estácio) e a Afya Educacional. O grupo Afya Educacional nasce com esse nome apenas em 2019, com a união da NRE Educacional, maior grupo de faculdades de medicina do país, com a Medcel, líder em cursos preparatórios para residência médica, títulos, especializações e atualizações. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a contribuição do Estado brasileiro no desenvolvimento da empresa Afya Educacional. Esta pesquisa é de caráter descritivo. Para atingir os objetivos propostos, utilizamos pesquisa bibliográfica e dados primários como principais fontes das informações para o embasamento teórico que propiciou uma descrição acurada da realidade observada. Os dados coletados e analisados indicam que a Afya Educacional se beneficia dos programas governamentais, acima da média das IES privadas com fins lucrativos, mas em percentual inferior ao observado nos outros grandes conglomerados da educação superior. Há, inclusive, expansão no número de vagas com o fomento de outro programa, o Mais Médicos. Contudo, a rápida expansão e os objetivos ambiciosos do grupo demonstram a tendência de aproximação das maiores empresas do setor.

Palavras-chave: Relação público-privada, educação superior privada, Afya Educacional

INTRODUÇÃO

O embate entre as perspectivas humanistas e democráticas da educação e a visão economicista neoliberal do Estado permeia a discussão política no mundo, em especial a partir da década de 1980. Estamos em um cenário conflituoso em que há uma exigência crescente por qualidade do sistema educacional e investimentos decrescentes na área. A escola pública é deteriorada e sufocada material, pedagógica, política e ideologicamente. Temos assim um ciclo vicioso em que: o gasto na área é baixo; a qualidade é baixa; o povo insatisfeito defende menos impostos e aceita soluções neoliberais que afastam a educação da gestão do Estado; o governo direciona recursos para o setor privado e/ou mantém apenas a

¹ Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, cesaraugusto.neves@yahoo.com.br;

² Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ, mucio@ufsj.edu.br.



despesa básica na área (quando é obrigatória); as escolas e a educação continuam precárias; o setor privado tira proveito, se expande e disputa os estudantes no mercado que cada vez mais se expande (LAVAL, 2019). Os efeitos colaterais ainda incluem a padronização cultural, mais segregação e o abandono do esforço na elaboração de soluções alternativas para melhorar a qualidade da educação (FREITAS, 2018).

Em tempos de neoliberalismo, a educação sofre diversas transformações. As escolas e universidades são inseridas no mercado concorrencial, submetidas aos imperativos do rendimento e direcionadas para o atendimento das demandas e escolhas individuais e das necessidades locais de força de trabalho. A educação, com suas lógicas políticas da igualdade, solidariedade e redistribuição, é reduzida a um bem de capitalização privado, cujo valor é acima de tudo econômico. Qualquer resistência a esta transformação é apresentada como arcaica, irracional e corporativista. Contudo, o que se observa é uma degradação mundial das condições de vida e de trabalho, assim como das instituições educacionais, universitárias e científicas. É um remédio que alimenta o mal que almeja curar (LAVAL, 2019).

Para além das discordâncias na destinação de recursos públicos e no favorecimento de setores da sociedade, precisamos incluir no debate os milhões de brasileiros que conseguiram acessar o ensino superior, algo improvável décadas atrás. De acordo com o PNAD, de 2018, apenas 16,5% da população brasileira com 25 anos ou mais possuem ensino superior completo. 52,6% desse grupo não completaram nem o ensino básico (fundamental e médio). Entre 18 e 24 anos, 25,2% frequentam ou completaram algum curso superior. Destes, 74,2% estão matriculados em instituições privadas, justificando a necessidade de pesquisas que apresentem e analisem este setor (IBGE, 2019).

Não podemos falar sobre o ensino privado no Brasil sem citar alguns importantes marcos legais. O primeiro deles foi a Constituição Federal de 1891, que permitiu a abertura de universidades privadas no país. Contudo, até a Reforma Universitária de 1968, o setor privado era muito próximo do ensino público, tendo um caráter semiestatal. As universidades comunitárias eram, inclusive, dependentes do financiamento público. Com a reforma e a crescente demanda não atendida pelo governo, surge um novo ensino privado, estruturado nos moldes das empresas privadas lucrativas, profissionalizantes, sem articulação entre ensino e pesquisa e voltadas ao atendimento de consumidores com necessidades objetivas de curto prazo. A expansão desse novo setor foi ainda mais acelerada nas décadas de 1980 e 1990, com as inovações trazidas por outros importantes marcos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996 (MARTINS, 2009; SAMPAIO, 2011).



Ao final do século XX, já existiam mais universidades empresariais do que federais, e o total de organizações desse tipo no setor privado ultrapassou o total no setor público em todo o país. Segundo dados do Censo Escolar de 2018, o número de universidades públicas subiu para 260 (aumento de 366% em relação ao ano de 2000), enquanto o número de universidades privadas subiu para 1.991 (aumento de 2.765%). O número de matrículas nas universidades públicas caiu de 30% do total, em 2000, para 24%, em 2009, e para 21%, em 2018.

Uma das causas desse movimento foi a desregulamentação econômica do setor educacional. Ela intensificou-se ao longo da década de 1990, com a reforma do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e sua regulamentação por meio do Decreto 2.306, em 1997, foi um divisor de águas no setor, ao permitir que as instituições privadas escolhessem, juridicamente, a natureza lucrativa comercial, ou seja, ser uma empresa como outra qualquer. Até então, a geração de lucro era permitida, mas o resultado deveria ser reinvestido na própria instituição, sem a possibilidade de apropriação por acionistas/proprietários (apesar das frequentes manobras para burlar esta restrição) (CARVALHO, 2013; NAPOLITANO, 2017; SAMPAIO, 2011).

Essa escolha, enquanto abria possibilidades em termos de rendimentos financeiros e investimentos rentáveis, também restringia o acesso aos recursos públicos e a isenções tributárias e incentivos. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 213, que recursos públicos da educação poderiam ser destinados apenas ao setor privado sem fins lucrativos. Assim, esta restrição na atuação do Estado no financiamento da educação superior privada com fins lucrativos moldou as políticas da área (CARVALHO, 2013; SAMPAIO, 2011).

Ao optarem pela natureza privada em sentido estrito, ou seja, com possibilidade de distribuição de lucros aos proprietários e acionistas, essas instituições perderem os benefícios fiscais. Mas, apesar das novas possibilidades econômico-financeiras, as associações e representantes deste grupo continuaram atuando politicamente em prol de apoio governamental. A autonomia reivindicada para atuação no mercado educacional não era absoluta. Continuou havendo disputa por recursos públicos e incentivos fiscais para a expansão da participação de tais empresas privadas na oferta de vagas escolares, bem como para a ampliação da margem de lucro (CARVALHO, 2013).

Em 2004, a demanda empresarial foi parcialmente atendida com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que beneficiaria as instituições que aderissem com isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre



o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). O objetivo do Programa era oferecer bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%) em cursos de superiores de graduação a estudantes egressos da rede pública de ensino que comprovassem renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos ou de até um salário mínimo e meio por pessoa (CARVALHO, 2013; MATTOS; DIAS FILHO; MOREIRA, 2016).

Já o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi criado com o objetivo de financiar cursos superiores de graduação a estudantes já matriculados em instituições privadas credenciadas pelo MEC. O programa surgiu antes do ProUni, em 2001, mas as adesões foram tímidas no início (exigia-se Certidão Negativa de Débitos com a Receita Federal e a maioria das instituições possuíam pendências fiscais). A expansão foi gradual e explodiu após a adesão destas empresas ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – Proies implementados, respectivamente, pelos governos Lula, em 2007, e Dilma, em 2012. A maioria das instituições aderiu ao programa, por ser uma oportunidade para reduzirem a inadimplência dos alunos (o governo assumia as dívidas não pagas) e pela possibilidade de estabelecerem os próprios preços (CHAVES, 2019; MATTOS; DIAS FILHO; MOREIRA, 2016; NAPOLITANO, 2017).

Os gastos governamentais com o FIES saltaram de R\$ 1 bilhão, em 2010, para R\$ 13 bilhões, em 2014. Entre 2011 e 2015, a participação do Fies e do ProUni na receita destas instituições havia crescido de 13% para 46%. Outras legislações aprovadas ou em discussão complementam as abordadas. Há um esforço de expansão do financiamento público, direta ou indiretamente, em benefício do setor privado e linhas de crédito especiais do BNDES para o setor (CHAVES, 2019; MATTOS; DIAS FILHO; MOREIRA, 2016; NAPOLITANO, 2017; MINTO, 2018).

Portanto, há uma expansão da educação superior privada no Brasil, estimulada pelo Estado, e este é um negócio altamente rentável. O mercado educacional passa não só por um movimento de crescimento acelerado, como também de oligopolização, financeirização e internacionalização. Os centros universitários e universidades privadas estão fundindo-se em grandes conglomerados, cartéis ou *holdings*. Esse processo envolve reestruturação operacional, aquisição de instituições de pequeno e médio porte, fusões e abertura de capital. Há, assim, uma concentração de capital que é cada vez mais fortalecido com os ganhos de escala e a competitividade dos valores das mensalidades a partir da padronização dos métodos pedagógicos e do conteúdo, da utilização maciça da educação a distância nos cursos de



graduação e pós-graduação, da precarização do trabalho docente e do trabalho exclusivo com ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. A concorrência desleal acaba prejudicando as instituições menores e estas são empurradas para o “abate”, ou seja, serem adquiridas pelas maiores (CARVALHO, 2013; CHAVES, 2019; OLIVEIRA, 2017; SAMPAIO, 2011).

Outros fenômenos recentes são a internacionalização, com a venda parcial do estabelecimento nacional ao capital estrangeiro e a financeirização destes grandes grupos educacionais. A abertura de capital dos primeiros grupos na bolsa de valores [B]³, de São Paulo³, ocorreu em 2007 e desde então é um dos setores com melhor desempenho no mercado e um dos primeiros colocados no *ranking* de fusões e aquisições. As empresas de capital aberto, apesar de serem poucas, dominam uma parcela significativa do mercado educacional. Com a inserção do capital especulativo e de grupos estrangeiros no ensino superior privado brasileiro, reforça-se o objetivo do lucro sobre qualquer outro, a subordinação integral aos interesses dos acionistas/cotistas e o esforço pleno no curto prazo; lógicas financeiras incompatíveis com os princípios que norteiam os processos educativos (CARVALHO, 2013; CHAVES, 2019).

Outro grupo educacional que recentemente (2019) abriu capital na bolsa de valores, mas dessa vez na *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* (NASDAQ Stock Market), foi a Afya Educacional, nosso objeto de estudo. Nosso problema de pesquisa é: como o Estado brasileiro contribuiu para o desenvolvimento da empresa Afya Educacional? O objetivo geral, portanto, é analisar a contribuição do Estado brasileiro no desenvolvimento da empresa Afya Educacional. O desafio na construção de uma educação pública, gratuita, plural, laica, de qualidade, socialmente referenciada e transformadora demanda pesquisa, reflexões, diálogo e novas práticas. Essa pesquisa visa contribuir com esta tarefa ao trazer subsídios para a acirrada disputa orçamentária e ideológica no governo e para a construção do conhecimento sobre a educação superior brasileira e a relação público-privada no setor.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter descritivo. Para atingir os objetivos propostos, utilizamos pesquisa bibliográfica e dados primários como principais fontes das informações para a discussão teórica acerca da realidade observada. Foram coletados, filtrados e organizados microdados sobre os estudantes, os docentes, as bolsas do ProUni concedidas e os financiamentos realizados pelo Fies do Censo da Educação Superior, do Ministério da

3 A [B]³ surgiu em 2017, com a fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) e a CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).



Educação, de 2009 a 2018, com o uso de planilha eletrônica. A apresentação dos dados (estatística descritiva) permitiu descrever o histórico da empresa e seu desenvolvimento na última década, assim como compará-la com outras empresas do setor e com as instituições de ensino superior (IES) públicas e as sem fins lucrativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo Afya Educacional nasce com esse nome apenas em 2019, com a união da NRE Educacional, maior grupo de faculdades de medicina do país, com a Medcel, líder em cursos preparatórios para residência médica, títulos, especializações e atualizações. O nome significa “saúde e bem-estar” no dialeto africano *suáli*. Essa união foi idealizada pelo atual ministro da economia, Paulo Guedes, quando era sócio e presidente do fundo de *private equity* Bozano (hoje Crescera Capital), um dos proprietários e maiores investidores da NRE Educacional e da Medcel, desde 2016. Também desde esse ano, o CEO do grupo é o economista Virgílio Gibbon, que tem experiência de mais de dez anos no mercado de educação. Atualmente, a sede do grupo é em Nova Lima/MG, e trinta diferentes cursos de graduação são ofertados, apesar do foco ser a formação de médicos, monetizando cada passo desde a graduação até a preparação para residências e a especialização. O nicho é valorizado no mercado pela evasão baixa, a inadimplência magra e as mensalidades mais altas. Desde suas origens, há mais de vinte anos, já foram mais de cem mil médicos formados pelas instituições de ensino superior que administram (AFYA, 2019; BRAZIL JOURNAL, 2019).

A NRE Educacional foi fundada na década de 1990 por um casal de médicos, Nicolau e Rosangela Esteves, que trabalhavam como professores na Faculdade de Medicina de Barbacena/MG, e atendiam na Santa Casa de Misericórdia da cidade. Ao final da década de 1990, iniciam seu projeto no Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Itpac), em Araguaína/TO. Depois, adquiriram outras faculdades em Ipatinga e São João del-Rei/MG, Porto Nacional/TO e Parnaíba/PI. Já a empresa Medcel foi fundada em 2005 pelo médico Atilio Barbosa, em Mato Grosso do Sul/MS. Até dar origem à Afya Educacional, o grupo atuava por meio de nove instituições de ensino nos estados de Minas Gerais, Tocantins, Paraná e Piauí (AFYA, 2019).

Com a fusão e a mudança no nome, o grupo educacional vem expandindo-se significativamente. Em abril de 2019, adquiriu a Fasa (Faculdades Santo Agostinho), que atua em Montes Claros e Sete Lagoas, em Minas Gerais, e em Itabuna e Vitória da Conquista, na Bahia. Em maio, foi incorporada a Faculdade Ipemed de Ciências Médicas, especializada em



pós-graduação na área de medicina e com unidades no Rio de Janeiro/RJ, em São Paulo/SP, em Belo Horizonte/MG, em Salvador/BA e em Brasília/DF. Em novembro, foi adquirida por R\$ 225 milhões a UniRedendor, instituição de ensino superior que oferta cursos de graduação e pós-graduação na área de saúde no estado do Rio de Janeiro. Além disso, o grupo teve aprovada, por editais do Programa Mais Médicos, a abertura de novas unidades, com cursos de medicina, em Itacoatiara e Manacapuru, no Amazonas, Cameté e Abaetetuba, no Pará, Santa Inês/MA, e Cruzeiro do Sul/AC. Segundo o fundador da NRE e atual presidente do Conselho de Administração da Afya Educacional, Nicolau Esteves, o objetivo é interiorizar o grupo com unidades em cidades menores. O número de vagas para medicina em 2018 eram de 600 e estima-se que chegue a 1.300, em 2019, e a 2.300, em 2020 (AFYA, 2019; SUNO, 2019; TERRA, 2019).

No dia 19 de julho de 2019, a Afya Educacional estreou na Nasdaq, levantando cerca de R\$ 1 bilhão na abertura de capital. A opção por essa Bolsa americana é justificada pelos maiores volumes de captação em ofertas de ações no exterior e o excesso de burocracia da Bolsa brasileira. A empresa seguiu o caminho da também brasileira Arco Educação, que em 2018 abriu seu capital na mesma Bolsa e foi avaliada em mais de R\$ 1 bilhão. Ao contrário da Afya, a Arco comercializa soluções educacionais (livros didáticos e consultoria pedagógica e produtos que integram tecnologia e conteúdo pedagógico) para a educação básica (até o ensino médio).

Portanto, a Afya é o primeiro conglomerado de ensino superior a abrir capital na Bolsa de Valores americana e a passar a integrar o seleto grupo de cinco empresas educacionais brasileiras que operam no mercado de ações. Antes da estreia na bolsa, o faturamento da empresa já havia crescido 55%, de 2017 para 2018, enquanto o lucro dobrou de R\$ 48 milhões para R\$ 95 milhões. Depois, somente no terceiro trimestre de 2019, o lucro foi de R\$ 72,3 milhões. Outro produto em destaque são os livros, que só em 2018 ultrapassaram 200 títulos produzidos (AFYA, 2019; BRAZIL JOURNAL, 2019; TERRA, 2019).

Após a finalização desta pesquisa, a Afya Educacional ainda adquiriu a Faculdade São Lucas, de Rondônia, a Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba e a PEBMED, *startup* que produz *softwares* para a tomada de decisões clínicas. Em maio de 2020, lançou a websérie “Residência Médica, primeira do mundo com fins acadêmicos, produzida em um hospital e apresentada por médicos, para treinar candidatos a vagas em residências médicas. Como a aquisição do UniRedendor ocorreu ao final desta pesquisa, os dados que apresentaremos também não incluem este grupo de instituições. Na Tabela 1, apresentada em seguida, é descrita a evolução do número de alunos do grupo, de 2009 a 2018:



Tabela 1 – Número de alunos por mantenedora da Afya Educacional, 2009-2018

MANTENEDORA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CENTRO DE CIENCIAS EM SAUDE DE ITAJUBA S.A	450	469	471	489	482	466	495	510	510	536
FADEP - FACULDADE EDUCACIONAL DE PATO BRANCO LTDA	1684	2133	2692	2935	3401	3812	3961	3726	3881	3939
INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR DO VALE DO PARNAIBA LTDA.								160	321	493
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI LTDA	4761	6340	6330	6265	6572	6654	7844	7843	7645	7059
INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO LTDA	1414	1626	1734	1888	2043	2188	2655	2833	3266	6543
IPTAN – INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES S.A.	837	1168	1430	1762	1998	2191	2427	2581	2858	3103
ITPAC INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS S.A (ITPAC)	5788	6139	7328	5617	5468	5664	6131	6858	6836	7054
UNIAO EDUCACIONAL DO VALE DO ACO LTDA (UNIVAÇO)	665	675	713	724	702	668	648	649	667	747
Total Geral	15599	18550	20698	19680	20666	21643	24161	25160	25984	29474

Fonte: INEP, 2019

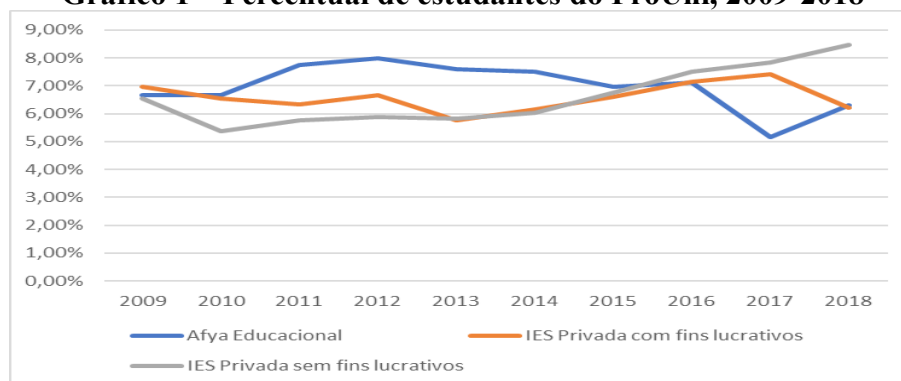
Como podemos observar, as mantenedoras que hoje integram o grupo Afya Educacional quase dobraram (com 89% de aumento) o número de alunos no período. Os destaques são o Instituto Educacional Santo Agostinho e o Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, que cresceram 463% e 371%, respectivamente. A educação a distância começou a ser utilizada em 2015, mas não é comum nas IES do grupo Afya. Em 2018, somente duas mantenedoras utilizavam a modalidade para ofertar vagas. Apesar do crescimento de 913% entre 2015 e 2018, o percentual em relação ao número de alunos da educação presencial é baixo (2,94%, em 2018) se compararmos com a média das IES Públicas (9,80%), das IES Privadas sem fins lucrativos (12,07%) e, principalmente, das IES Privadas com fins lucrativos (40,97%), de acordo com os dados do INEP (2019).

As figuras 1 e 2, apresentadas em seguida, ilustram o comportamento das matrículas de estudantes em vagas ofertadas pelo grupo Afya por meio do ProUni e do Fies, entre 2009 e 2018. Os dados relativos ao ProUni indicam que houve crescimento no número de matrículas nas IES privadas entre 2010 e 2017, sendo que no caso da Afya esse movimento ocorreu até 2016, quando então houve redução do número, apesar de recuperação do montante no final do período. As regras do programa explicam a manutenção de uma relativa estabilidade dos dados. As instituições que aderirem devem ofertar o número de bolsas estabelecido pelo governo para acessarem os benefícios fiscais, não havendo incentivos para ampliação do



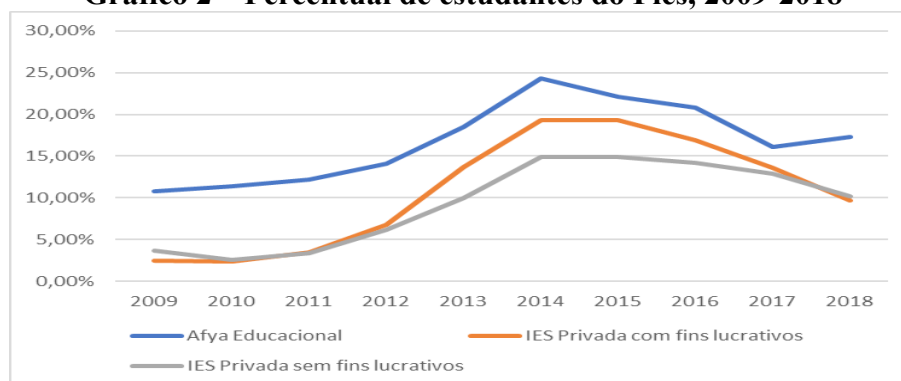
percentual. Comparando a série de dados de alunos beneficiados pelo ProUni (Gráfico 1) com a do número total de estudantes matriculados da Afya Educacional (Tabela 1), percebe-se que enquanto a primeira oscila, conforme apresentado, a segunda apresenta crescimento constante, indicando que a participação dos estudantes pobres no total de matriculados na organização diminui tanto relativa quanto absolutamente.

Gráfico 1 – Percentual de estudantes do ProUni, 2009-2018



Fonte: INEP, 2019

Gráfico 2 – Percentual de estudantes do Fies, 2009-2018



Fonte: INEP, 2019

Já os dados relativos ao Fies expressam as mudanças legais pelas quais o programa passou na última década. Em 2010, houve a alteração mais benevolente das regras do programa, com a redução dos juros, da carência e das exigências para adesão. A partir deste ano, portanto, o percentual de beneficiários aumentou significativamente até os anos de 2014 e 2015, conforme pode ser observado no Gráfico 2, quando as regras foram novamente alteradas, desta vez para conter a expansão no orçamento. Desde então, o percentual tem caído, ano após ano. O grupo Afya Educacional apresenta percentual de beneficiários do ProUni abaixo da média das demais IES privadas, enquanto o percentual do Fies é superior. Há, inclusive, um ligeiro acréscimo de 2017 para 2018, contrastando com a tendência geral. Em 2018, 23,56% dos alunos do grupo são beneficiários do Fies ou do ProUni.



Esse percentual maior de beneficiários do Fies na Afya Educacional é condizente com a realidade dos demais conglomerados educacionais com capital aberto. Segundo Mattos, Dias Filho e Moreira (2016), em 2015, a participação do Fies na receita das empresas Kroton⁴ e Ser Educacional eram de 55,2% e 59,3%, respectivamente. Se considerarmos também o ProUni, a dependência destes grupos dos recursos públicos chegava a 68,3% e 63,7%, respectivamente. A média geral das IES privadas, contudo, indicam que a participação dos programas no número de alunos não é tão significativa como a literatura apresenta. Seriam necessárias outras análises para verificar se a expansão é resultado dos incentivos governamentais, do aumento da demanda por cursos superiores no país não atendida pelo setor público ou outras variáveis.

Segundo o Inep (2019), na Afya Educacional, o custo com os docentes, por aluno, são, na média, 32% da mesma despesa nas universidades federais. O investimento em pesquisa corresponde a 33% da média das universidades públicas federais. As IES públicas também possuem maior número de docentes com mestrado ou doutorado e com dedicação exclusiva, como mostram as Tabelas 2 e 3, apresentadas em seguida.

Tabela 2– Percentual de docentes com mestrado e doutorado, em 2018

Instituição	Mestrado (A)	Doutorado (B)	(A + B)
Afya Educacional	42,34%	16,41%	58,74%
IES Públicas	26,61%	63,50%	90,11%
IES Privadas com fins lucrativos	51,44%	21,70%	73,14%
IES Privadas sem fins lucrativos	48,51%	29,90%	78,41%

Fonte: INEP, 2019

Tabela 3 – Percentual de docentes por regime de trabalho, em 2018

Instituição	Tempo Integral com dedicação exclusiva	Tempo integral sem dedicação exclusiva	Tempo parcial	Horista
Afya Educacional	0%	17,35%	60,90%	20,53%
IES Públicas	65,80%	16,49%	9,91%	2,49%
IES Privadas com fins lucrativos	1,49%	25,17%	43,68%	28,37%
IES Privadas sem fins lucrativos	1,47%	25,91%	39,72%	30,81%

Fonte: INEP, 2019

Em ambos os critérios, os resultados da Afya Educacional destacam-se como inferiores tanto às IES Públicas quanto às privadas com e sem fins lucrativos. Pouco mais da metade dos docentes do grupo possuem mestrado ou doutorado e mais de 80% deles trabalham em regime parcial ou por hora.

⁴ Neste trabalho utilizamos a denominação Kroton para compatibilizar com a literatura da área. Contudo, o grupo, desde outubro de 2019, chama-se Cogna Educação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados e analisados indicam que a Afya Educacional se beneficia dos programas governamentais, acima da média das IES privadas com fins lucrativos, mas em percentual inferior ao observado nos outros grandes conglomerados da educação superior. Há, inclusive, expansão no número de vagas com o fomento de outro programa, o Mais Médicos. Contudo, os dados, a rápida expansão e os objetivos ambiciosos do grupo demonstram a tendência de aproximação das maiores empresas do setor e enquadram-no no referencial teórico apresentado. Como o mercado educacional é muito dinâmico e tende ao oligopólio, a expectativa é que a Afya seja absorvida por um dos outros conglomerados, ou continue comprando instituições menores, reduzindo ainda mais a concorrência, principalmente no nicho da formação médica.

O Estado, como exposto, contribui ativamente para a reprodução do capital ao priorizar despesas com o setor privado, instituir desonerações fiscais, assumir riscos no lugar das empresas, permitir a formação de oligopólios e a venda de empresas nacionais ao capital internacional, lançar editais com incentivos para a expansão do setor, ausentar-se de suas obrigações frente às universidades públicas, flexibilizar as leis trabalhistas e educacionais, defender a eficiência e a eficácia do setor privado e estabelecer currículos e políticas de educação em consonância com os interesses burgueses, dentre outros. Assim, com a dívida histórica, a educação superior valorizada no país e o investimento em universidades públicas em declínio ou estagnado, é o setor privado que está se beneficiando da demanda represada. O crescimento do mercado educacional, para além do estímulo governamental, é consequência da ausência do Estado e essa ausência é intencional.

REFERÊNCIAS

AFYA, **Nossa história**. Disponível em: <https://www.afya.com.br/nossa-historia> Acesso em: 02 dez. 2019.

BRAZIL JOURNAL. **Tudo sobre o IPO da Afya, a plataforma de educação médica que já nasce unicórnio**. 16 jul. 2019. Disponível em: <https://braziljournal.com/afya-plataforma-de-educacao-medica-deve-estrear-valendo-us-15-bi-em-ipo> Acesso em: 10 out. 2019.

CARVALHO, Cristina H. A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Rev. Bras. Educ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-776, set. 2013.



CHAVES, Vera L. J. O ensino superior privado-mercantil em tempos de economia financeirizada. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FREITAS, Luiz C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=sobre> Acesso em: 07 nov. 2019.

INEP. **Microdados do Censo da Educação Superior.** Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 07 nov. 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MARTINS, Carlos B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MATTOS, José E. G. S.; DIAS FILHO, José M.; MOREIRA, Nayara B. Desempenho econômico-financeiro das empresas do segmento de serviços de educação na BM&FBovespa e a participação do Fies e do ProUni nos seus resultados. **XXIII Congresso Brasileiro de Custos**, Porto de Galinhas, 2016.

MINTO, Lalo W. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

NAPOLITANO, Celso. Os tortuosos caminhos de uma mina de dinheiro. In: MARINGONI, Gilberto (org.). **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco.** São Paulo: Olho d' Água, 2017.

OLIVEIRA, Romualdo P. de. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: MARINGONI, Gilberto (org.). **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco.** São Paulo: Olho d' Água, 2017.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Ensino Superior Unicamp**, p. 28-43, 2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes> Acesso em: 11 de novembro de 2019.

SUNO. **Grupo Afya anuncia aquisição da UniRedentor por R\$ 225 milhões.** 04 nov. 2019. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/noticias/grupo-afya-anuncia-aquisicao-da-uniredentor-por-r-225-milhoes/> Acesso em: 02 dez. 2019.

TERRA. **Grupo Afya, de ensino superior de medicina, levanta R\$ 1 bi na Nasdaq.** 20 jul. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/grupo-afya-de-ensino-superior-de-medicina-levanta-r-1-bi-na-nasdaq,0f4c3b2ba189e181befc09e31fc76ff973p6zi42.html> Acesso em: 10 out. 2019.